

Relatório aponta negligência médica

Auditoria pedida pelo Ministério Público ao Tribunal de Contas do DF ainda está parada, embora tenha sido pedida há 60 dias

CAROLINA NOGUEIRA
REPÓRTER DO JB

A crise no abastecimento de medicamentos, as denúncias de superfaturamento na compra de suprimentos e a suposta negligência médica nos principais hospitais do Distrito Federal compõem um quadro tão alarmante que foi tratado pelo próprio governador Joaquim Roriz (PMDB) como uma "situação de risco". Os problemas têm pautado várias ações de governo, como a substituição do secretário de Saúde, que será oficializada hoje. O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) mantém aberto um caso sobre o assunto. Mas ainda está longe de ser apurada.

Auditoria pedida pelo Ministério Público há 60 dias sequer foi iniciada. Outro estudo, sobre a unidade de Cardiologia do Hospital de Base, está pronto – mas os conselheiros do Tribunal de Contas protelam sua votação. A aprovação do processo no plenário do TCDF poderia gerar punição para os responsáveis pelas irregularidades e impor mudanças na gestão do hospital. O relatório técnico do Tribunal de Contas sobre a Cardiologia do Hospital de Base foi pedido pelo Ministério Público

em junho deste ano, mas só há pouco mais de um mês ficou pronto.

O estudo faz um detalhamento dos principais problemas enfrentados pela unidade – que, em sua maioria, são compartilhados pelo resto do hospital e da Saúde pública do DF em geral. Mostra, por exemplo, que medicamentos de pré e pós-operatório estão constantemente em falta. Os equipamentos são insuficientes e não são substituídos apesar

de estarem fora do prazo máximo estipulado para seu perfeito funcionamento. O instrumental usado pelos médicos da unidade são, em grande parte, de propriedade particular dos cirurgiões. E isso não é tudo.

Em gráficos, o estudo mostra como o abastecimento das farmá-

cias do hospital está em franco abandono. De acordo com os números levantados pela gerência da Farmácia do Hospital, a escassez que em julho de 2001 atingia 10% dos medicamentos da unidade, chegou a 30% no mesmo

período deste ano. O falta de material cirúrgico na unidade também pulou de 9% do total necessário para o pleno funcionamento em julho de 2001, para 40% do total necessário, em julho deste ano. De acordo com o estudo, o controle desses estoques é totalmente ineficaz.

Uma das causas para o problema, conforme ressalta o documento, é a queda progressiva nas verbas destinadas à pasta da Saúde. O estudo ressalta os

Faltam remédios e materiais cirúrgicos nos hospitais

prejuízos causado pela transferência indevida de R\$ 40 milhões da pasta de Saúde para a construção da

Terceira Ponte do Lago Sul, que aconteceu este ano. Ainda de acordo com o estudo técnico do TCDF, o montante alocado à Saúde (entre recursos próprios e da União) em todo o exercício de 2002 é menor do que o empenhado no ano passado – que, por sua vez, também representa um valor mais baixo do que o que foi pago no ano 2000.

Apesar das graves irregularidades identificadas pela

vistoria realizada no Hospital de Base, o Tribunal tem protelado a colocação do estudo em votação. O processo é relatado pelo conselheiro Jorge Ulisses Jacoby, ex-procurador-geral do Ministério Público junto ao TCDF. O estudo deveria ter sido incluído na pauta de votação do plenário há duas semanas, mas a apreciação foi adiada por um ofício do conselheiro Jacoby – que pediu detalhamentos processuais ao parecer feito pelo MP à investigação. O conselheiro é o mesmo que pediu sigilo ao processo que investigou as contas da Terceira Ponte no TCDF – esse pedido foi feito cerca de quinze dias antes do governador Roriz nomeá-lo conselheiro do Tribunal, um cargo vitalício.

O relatório sobre o HDB chegou ao gabinete do promotor de defesa dos usuários da Saúde, Jairo Bisol, na última sexta-feira. Durante esta semana, Bisol pretendo trabalhar pela colocação do estudo em votação no Tribunal de Contas, o que pode gerar punições para os envolvidos nas irregularidades. Outro processo proposto por Bisol originou a ameaça de prisão preventiva ao secretário de Saúde que descumprir a decisão judicial de prover medicamentos de alto custo aos doentes.



Cristiano Costa / BG Press

O procurador do DF, Jairo Bisol, foi autor da denúncia movida contra dois ex-secretários de Saúde do governo do Distrito Federal

caroln@jb.com.br